



MERCADOS FORMAL E INFORMAL DE TRABALHO DE CAMPO MOURÃO-PR: UM ESTUDO SOBRE A FORMA DE INSERÇÃO E AS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES EXERCIDAS PELOS TRABALHADORES

CARVALHO, Sandra Bengozi de, TCC, Economia, Fecilcam, carvalhonbrit@gmail.com
PONTILI, Rosangela Maria (OR), Economia, Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br
LOPES, Janete Leige (CO-OR), Economia, Fecilcam, j_llopes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Globalização nos anos 90 foi para o Mercado de Trabalho um divisor de águas na trajetória de seus principais indicadores. Isso porque, após 50 anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalizado, houve drástica regressão desse mercado, com o aumento de todas as formas de desemprego, dentre elas o crescimento dos vínculos de trabalhos vulneráveis [(SABADINI e NAKATANI, 2002); (COSTANZI, 2004)].

No período de 1990 a 1997, Camargo (2006), verificou que, no Brasil, foram eliminados cerca de 2 milhões de empregos formais. A queda mais acentuada ocorreu entre 1990 e 1994, atingindo cerca de 190 mil postos de trabalho. No período de 1994 a 1997 foram 125 mil empregos eliminados por semestre.

Em 2001, segundo Bengozi e Pontili (2005), do total de trabalhadores paranaenses inseridos no mercado de trabalho informal, 84,91% estavam a menos de 5 anos nesta condição, não participavam da previdência social, em sua maioria eram de cor branca e apresentavam um nível baixo de escolaridade.

Com isso, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar os mercados formal e informal de trabalho, do município de Campo Mourão-PR, com foco nas principais ocupações exercidas pelos trabalhadores. Especificamente, observaram-se os setores de atividade nos quais estes trabalhadores estão inseridos. Para tanto, fez-se uma análise estatística descritiva da população ocupada (PO) de Campo Mourão-PR e a base de dados utilizada foi o Censo Demográfico do ano 2000.

Destaca-se, assim, que Campo Mourão possuía uma população estimada de 85.896 habitantes, em 2009. Também possuía um PIB (Produto Interno Bruto) a Preços Correntes de R\$ 1.202.269 e um PIB *per capita* de R\$ 14.599,00. A densidade demográfica do município, em 2009, era de 112,48 hab./km² e o Índice de Gini¹ foi calculado em 0,57,

¹ É comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade.

V EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica
26 a 29 de outubro de 2010

NUPEM
Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar

FECILCAM
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão



enquanto o grau de urbanização era de 92,89% (IPARDES, 2009). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) mede o nível de desenvolvimento humano de um município a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) e Campo Mourão possui um IDH-M de 0,774, o que é tido como um desenvolvimento humano médio.

O município, em relação à educação, possui três instituições de nível superior, sendo uma de nível federal (UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná), uma de nível estadual (FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão) e uma particular (Faculdade Integrado de Campo Mourão). Com relação ao analfabetismo, tem-se que, dentre os indivíduos pertencentes à faixa dos 40 a 49 anos, esta taxa é de 11%, enquanto na faixa dos 30 a 39 anos chega-se a um percentual de 5,2%. Na faixa etária das pessoas de 25 a 29 anos, o índice é de 3,4%, enquanto para a faixa de 20 a 24 anos é de 1,9%, chegando a 1,2% entre aqueles de 15 a 19 anos. Observando-se toda população com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo de Campo Mourão é de 10,7%. Vale lembrar que o analfabetismo é muito prejudicial socialmente, reduzindo as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho (IPARDES, 2009).

As hipóteses iniciais desta pesquisa são de que exista uma distinção das ocupações dos trabalhadores formais e informais, ou seja, há ocupações preenchidas somente pelos trabalhadores formais e aquelas preenchidas somente por trabalhadores informais. Por exemplo, um gerente de produção, supõe-se que seja um trabalhador característico formal. Isto é, que esteja ocupado somente no setor formal de trabalho. De modo semelhante, acredita-se que um vendedor ambulante seja um trabalhador característico informal, isto é, que esteja ocupado somente no mercado informal de trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

No período de 1990 a 1997, Camargo (2006), verificou que, no Brasil, foram eliminados cerca de 2 milhões de empregos formais. A queda mais acentuada ocorreu entre 1990 e 1994, atingindo cerca de 190 mil postos de trabalho. No período de 1994 a 1997 foram 125 mil empregos eliminados por semestre. Em 1994, sob a Administração de Fernando Henrique Cardoso, num contexto de elevadas taxas de juros, de sobrevalorização cambial e de lenta recuperação dos investimentos, o crescimento da atividade econômica foi positivo, embora insuficiente para gerar um volume de empregos que fosse adequado ao crescimento da população economicamente ativa. É neste pano de fundo que se intensifica o processo de reestruturação produtiva que, entre outros aspectos, incidiu com maior



intensidade sobre o setor industrial implicando redução expressiva de mão-de-obra, práticas de subcontratação de produtos e principalmente de serviços, maiores níveis de desemprego e extensão do subemprego. Ao final de 1998, o desemprego encontraria um novo patamar, de 10,8%, o que se deveu à desaceleração do produto no período 1995-1998, combinada à redução da elasticidade emprego do produto. Este cenário se deve, em grande medida, à abertura econômica com sobrevalorização cambial e à recorrente elevação dos juros domésticos num contexto de crescente vulnerabilidade externa, mas também aos ganhos de produtividade, geralmente associados a uma redução na escala e escopo da produção (BARBOSA, 2004).

No caso brasileiro, os efeitos da globalização foram ainda maiores devido à situação econômica no dado momento. O País vinha sofrendo as conseqüências do êxodo rural ocorrido na década de 70, em que as famílias deixavam o campo em busca de melhores condições de vida na cidade (TURNES, s/d). Esta situação provocou o inchaço das cidades e muitos trabalhadores não conseguiram se empregar nas indústrias porque sua mão-de-obra não era qualificada (FERREIRA, 2004). Além disso, o sistema educacional não preparou a população devidamente, para esta nova realidade (LUCHT et al., s/d). Visto que o mercado de trabalho, do ponto de vista da oferta de mão-de-obra, não estava preparado para tantas transformações, o resultado foi o aumento do desemprego e da informalidade. O emprego industrial, observando-se o total das áreas metropolitanas, caiu cerca de 8,4 pontos percentuais, entre 1989 e 1999; o emprego assalariado registrado diminuiu em 13,5 pontos percentuais, enquanto a taxa de desemprego aberto se ampliou em 4,6 pontos percentuais. A participação dos assalariados não registrados e dos trabalhadores por conta própria, na força de trabalho, aumentou em 7,7 e 6,2 pontos percentuais, respectivamente (CACCIAMALI, 2000).

Tal mudança estrutural pode ser observada, na Tabela 1. A Tabela mostra que entre os anos de 1997 e 1998 ocorreu uma mudança significativa no número de trabalhadores formais, no Brasil. Em 1997, o País contava com 62,65% de Trabalhadores Formais. No entanto, em 1998, teve uma queda significativa chegando a apenas 40,79%. Em 1999 houve uma nova queda no número de trabalhadores inseridos no mercado formal, o qual chegou a 40,02% do total da Força de Trabalho. Em 2001 ocorreu um ligeiro aumento, para 42,16%, seguido de queda no ano seguinte para 42,02%. Porém, a partir de 2002, o percentual de trabalho formal teve visíveis melhoras chegando, em 2006, a 44,94% do total de trabalhadores. Ressalta-se, entretanto, que apesar dessa ligeira recuperação, a participação do mercado de trabalho formal no total da força de trabalho está muito aquém do registrado em 1997.



TABELA 1: População ocupada (PO) do Brasil dividida em trabalhadores formais e informais – 1997 a 2006 (PNAD).

Ano	População Ocupada			
	Formal	%	Informal	%
1997	37.215.955	62,65%	22.191.230	39,35%
1998	28.484.614	40,79%	41.340.383	59,21%
1999	28.617.504	40,02%	42.896.828	59,98%
2001	31.747.638	42,16%	43.555.991	57,84%
2002	37.781.672	42,02%	45.231.556	57,98%
2003	34.274.597	42,85%	45.706.838	57,15%
2004	36.389.946	43,10%	48.036.076	56,90%
2005	37.923.888	43,66%	48.928.096	56,37%
2006	40.039.824	44,94%	49.060.140	55,06%

Fonte: Elaborado a partir das PNAD's de 1997 a 2006.

Pelo lado da Informalidade, a Tabela 1 mostra que o Brasil foi marcado por uma alta significativa do número de trabalhadores informais, que saltou de 39,35% em 1997, para 59,21% em 1998. Todavia, entre 2002 e 2006, os percentuais ficaram sempre próximos de 55%. Segundo Camargo (2006), em 2003, 60% dos trabalhadores informais não apresentava vínculo com a seguridade social. Nesta questão, não apenas os trabalhadores perdem, mas o Estado também, pois além de nada arrecadar com a Previdência Social, ainda tem que arcar com os cuidados relacionados à saúde e assistência social destes trabalhadores.

No que se refere ao Paraná, na Tabela 2 pode ser visualizada a trajetória do número de trabalhadores formais e informais do Estado, entre os anos de 1997 e 2006. Comparando-se ao desempenho do mercado de trabalho brasileiro, o Paraná apresentou melhores resultados com relação ao trabalho formal. De 1999 a 2006, o mercado de trabalho paranaense veio apresentando sinais de aumento da formalidade e, conseqüentemente, redução da informalidade. Em 1999, o percentual de trabalhadores formais era de 41,48% chegando em 2006 aos 48,72%. Isto é, quase metade da força de trabalho na formalidade.

Em 2001, segundo Bengozi e Pontili (2005), do total de trabalhadores paranaenses inseridos no mercado de trabalho informal, 84,91% estavam a menos de 5 anos nesta condição, não participavam da previdência social, em sua maioria eram de cor branca e apresentavam um nível baixo de escolaridade. Diante disto, a compreensão dos aspectos referentes ao mercado de trabalho constitui-se em ferramenta de fundamental importância, pois se relaciona com outros aspectos importantes da economia, como o crescimento populacional, a necessidade de absorção da mão-de-obra, a pobreza, a escolaridade, dentre outros.



TABELA 2: População ocupada (PO) do Paraná dividida em trabalhadores formais e informais – 1997 a 2006 (PNAD).

Ano	População Ocupada			
	Formal	%	Informal	%
1997	1.501.902	41,21%	2.142.276	58,79%
1998	1.838.477	41,80%	2.559.474	58,20%
1999	1.835.847	41,48%	2.589.684	58,52%
2001	2.047.118	43,43%	2.666.729	56,57%
2002	2.209.835	44,85%	2.717.812	55,15%
2003	2.288.385	45,47%	2.744.576	54,53%
2004	2.460.773	47,01%	2.774.180	52,99%
2005	2.516.095	48,04%	2.720.956	51,96%
2006	2.627.055	48,72%	2.765.230	51,28%

Fonte: Elaborado a partir das PNAD's de 1997 a 2006.

Com relação à distinção entre mercado de trabalho formal e informal, destaca-se que no setor formal existe a interferência do Estado nas relações trabalhistas, garantindo-se ao trabalhador diversos direitos, levando-se em conta o disposto nas leis. No setor informal não existe a garantia de tais direitos. Além disso, um trabalhador informal é aquele sem carteira de trabalho assinada, por conta-própria e não remunerado (SOUZA, 1980).

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos previamente propostos esta pesquisa fez uma análise estatística descritiva da população ocupada de Campo Mourão-PR. Os dados escolhidos para a referida análise foram o Censo Demográfico do ano 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por se tratar de uma pesquisa aplicada em todo território nacional constitui-se na única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas.

Para a presente pesquisa, foi pego o banco de dados do Paraná, do qual se selecionou o município de Campo Mourão. Dos dados de Campo Mourão foram selecionados somente os trabalhadores inseridos no mercado formal e informal de trabalho. Para estes trabalhadores foram feitas análises referentes ao setor de atividade no qual estavam atuando, bem como sua ocupação.

DISCUSSÃO DE ANÁLISE

Neste trabalho foi estudada a população ocupada de Campo Mourão-PR, utilizando apenas dos dados do Censo (2000). Futuramente, pretende-se dar continuidade ao trabalho



fazendo comparação dos resultados aqui encontrados com o novo Censo 2010. Assim, será possível saber as mudanças e evoluções ocorridas na população em questão. O total de habitantes da cidade de Campo Mourão-PR, no ano 2000, de acordo com o Censo Demográfico, correspondia a 80.169 habitantes. Deste total é possível obter a População em Idade Ativa - PIA (64.450 habitantes), População Economicamente Ativa - PEA (38.566 habitantes) e População Ocupada - PO (32.070 habitantes). A PO é um subconjunto da PEA, a qual, por sua vez, é um subconjunto da PIA, que é parte do número total de habitantes.

Dos subconjuntos acima relacionados, o presente trabalho fez uma análise do número de trabalhadores ocupados, os quais compõem a PO, desagregando-os de acordo com os setores de atividade nos quais estão inseridos e as ocupações desempenhadas pelos mesmos no município de Campo Mourão-PR, dando ênfase a distinção entre trabalhadores formais e informais. Para tanto, adotou-se como definição de trabalhadores informais, a mesma usada pelo IBGE, que se refere aos trabalhadores: sem carteira de trabalho assinada, por conta-própria ou não remunerados. Assim, o número de trabalhadores formais e informais existentes no município de Campo Mourão-PR, no ano 2000, era de 46,97% e 53,03% trabalhadores, respectivamente. Isto é, mais da metade da PO (53,03%) era composta por trabalhadores informais.

Fazendo uma análise do ramo de atividade no qual os trabalhadores formais estão inseridos, verificou-se que a maioria deles encontrava-se ocupada na atividade “comércio e produção agropecuária”, com um total de 1.267 trabalhadores, o equivalente a 8% dos mesmos. Notou-se ainda, que outros ramos do comércio apresentaram participação significativa de trabalhadores formais. Tem-se aí o ramo de atividade “comércio e produtos alimentícios, bebidas e fumo” com percentual de 4% destes trabalhadores, como também o “comércio de artigos de vestuário, complementos e calçados” com 3% dos trabalhadores, além, da atividade “comércio de madeiras, material de construção, ferragens e ferramentas” com 2% dos trabalhadores. Percebeu-se, assim, que o setor de atividade comercial de Campo Mourão-PR, se faz importante para a economia do município, uma vez que somando esses percentuais chega a empregar 17% da PO formal.

Por outro lado, o ramo de atividade, no qual estão inseridos os trabalhadores informais, revelou que a atividade referente a “serviços domésticos” aparece com maior frequência (2.169 pessoas ou 13%). Tal resultado levou a acreditar que os serviços domésticos deve ter influenciado a participação dos trabalhadores neste mercado como um todo, dado o grande número de trabalhadores informais no município de Campo Mourão (53%). Destaca-se ainda a participação de boa parte dos trabalhadores informais



trabalhando na “construção de edifícios” (8%). Do mesmo modo ocupando bastante espaço no ramo de atividade “educação regular, supletiva e especial pública” (5%).

Comumente, em pesquisas da área de economia, costuma-se agregar as informações referentes aos setores de atividades em alguns grupos, quais sejam: Agricultura, Comércio, Construção Civil, Indústria Extrativista, Indústria de Transformação, Serviços e Outras Atividades. A PO de Campo Mourão-PR, foi subdividida de acordo com esses grupos, sendo que aparece com mais destaque o setor de serviços com uma porcentagem de 39%, somando 12.614 trabalhadores. O setor que menos emprega é a indústria extrativista, com 1% dos trabalhadores. Os outros setores: Agrícola, Comércio, Construção Civil, Indústria de transformação e Outras atividades, apresentaram percentuais de 11%, 27%, 8%, 10% e 6%, respectivamente.

Vale aqui destacar que, a distribuição dos setores de atividade foi semelhante nos mercados formal e informal de trabalho. Isto porque, um mesmo setor de atividade aparece com frequência nos dois mercados, havendo distinção somente com relação àquela atividade que aparece em primeiro ou segundo lugar. Assim, refuta-se a hipótese inicial de que havia distinção na inserção dos trabalhadores formais e informais nos setores de atividade econômica. Isto é, de que existiam atividades desempenhadas somente pelos trabalhadores formais e/ou informais. Do mesmo modo, a atividade relativa à “construção de edifícios” apesar de aparecer com frequência no mercado de trabalho informal (8%), também tem importância relativamente elevada no mercado formal (4%). Igualmente, existe o fato de a atividade ligada à “educação pública” compor 5% tanto do mercado formal, quanto informal de trabalho. Todavia a maioria destes trabalhadores está concentrada no mercado informal, com um total de 828 pessoas, contra 785 pessoas no setor formal.

Nas análises que se seguem objetivou-se detalhar as principais ocupações exercidas nos grupos de setores de atividade desses trabalhadores. Primeiramente, faz-se uma análise das ocupações exercidas no mercado formal de trabalho, para depois serem traçados os comentários sobre como se dá a distribuição dos trabalhadores no mercado informal.

Dos trabalhadores formais do setor agrícola, 30% estão ocupados na “mecanização agropecuária”. Em seguida tem-se com mais frequência a atividade de “trabalhadores agrícolas”, com 17% das ocupações desse setor. A ocupação que identifica os “produtores agrícolas” tinha 12% desses trabalhadores.

Com relação às ocupações exercidas pelos trabalhadores formais do setor de comércio percebeu-se um total de 4.900 trabalhadores e, dentre eles, 20% trabalhavam como “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados”. Em segundo lugar, tem-se a ocupação referente a “gerentes de produção e operações”, com 15%, aparecendo em



terceiro lugar a informação referente a “outros trabalhadores dos serviços” (9%), ou seja, são prestadores de serviços inseridos em atividades comerciais.

No setor da construção civil, a ocupação que aparece com maior frequência refere-se aos “trabalhadores na estrutura de alvenaria”, o correspondente a 29% do total. Além disso, 22% dos trabalhadores deste setor referiam-se a pessoas ocupadas como “ajudantes de obras civis” (os conhecidos “serventes de pedreiro”). Acredita-se que, de todos os setores de atividade, este é o que tenha sofrido maiores alterações, em relação ao total de trabalhadores, no período recente. Isto porque, a maioria dos noticiários divulgados na imprensa tem chamado a atenção para o grande crescimento da indústria de construção civil no Brasil.

Observando-se a Indústria extrativista, ressalta-se que, em Campo Mourão-PR, este setor era composto por apenas 29 trabalhadores no censo do ano 2000. Assim, a ocupação com um maior número de trabalhadores era a de “condutores de veículos sobre rodas” (distribuidor de mercadorias), com um total de 13 pessoas.

No que se refere à Indústria de transformação aparecem com mais frequência as ocupações de “farmacêuticos”, “mecânicos”, “padeiros”, entre outras. Destaca-se, entretanto, a ocupação “outros trabalhadores elementares da indústria”, com 15% do total destes trabalhadores. Em segundo lugar tem-se a ocupação de “operador de máquinas de costura de roupas”, com 8% deles. Este resultado era esperado, uma vez que o setor têxtil tem uma reconhecida participação na economia de Campo Mourão-PR, destacando-se a existência de três fábricas de jeans na cidade. Ainda com uma frequência relativamente boa apareceu a ocupação “gerentes de produção e operações”, com 7% do total de trabalhadores. Com relação ao setor serviços, a ocupação de mais destaque foi a de “trabalhadores domésticos em geral”, o correspondente a 14% deles.

A análise das principais ocupações exercidas pelos trabalhadores no mercado de trabalho informal mostrou que no setor agrícola o número de trabalhadores informais é bastante elevado, sendo a ocupação de “produtores agrícolas” a que tem o maior número de trabalhadores: 40%. A nomenclatura utilizada pelo IBGE, por ocasião dos levantamentos do Censo Demográfico 2000, distingue os “produtores agrícolas” dos “trabalhadores agrícolas”, sendo que esta segunda ocupação corresponde a 31% do total dos trabalhadores do setor agrícola informal. Comparando-se o resultado da análise do setor agrícola informal com o formal, percebe-se que as ocupações do setor agrícola estão menos concentradas no mercado de trabalho formal. Além disso, a ocupação que aparece com maior frequência na formalidade sequer é citada entre aquelas com maior número de trabalhadores informais (trabalhadores na mecanização). Isto indica que no mercado de trabalho formal as máquinas e equipamentos, representando o avanço tecnológico, estão mais presentes, o que também



poderia indicar uma maior capitalização de produtores e trabalhadores. Talvez este fator também fosse uma justificativa para a baixa remuneração dos trabalhadores informais do setor agrícola, uma vez que os mesmos desempenham atividades que exigem menor conhecimento técnico.

Em relação à distribuição dos trabalhadores informais no setor de atividade do comércio, destaca-se as ocupações que apresentaram maiores percentuais. Tem-se, a ocupação de “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” com 27% dos trabalhadores e a de “vendedores ambulantes”, correspondendo a 16% dos mesmos. Em relação ao setor de atividade que representa a construção civil, a maior parte dos trabalhadores informais ali inseridos, o equivalente a 58%, era ocupado como “trabalhadores em estrutura de alvenaria”. O setor de atividade “indústria de extração”, por sua vez, apresentou o menor número de trabalhadores, apenas 8 pessoas, ocupados como “condutores de veículos sobre rodas” (distribuidor de mercadorias). Esses resultados são semelhantes ao observado no mercado formal de trabalho.

Observando o número de trabalhadores informais do setor da indústria de transformação, a ocupação que se refere a “operadores de máquinas de costura” é a mais representativa, com 25% do total dos trabalhadores. As ocupações de: “padeiros, confeitários e afins”, além de “operadores na fabricação de pães, massas e doces”, ficaram em segundo lugar, com 5%. O setor de atividades de serviços, com o maior número de trabalhadores entre os ocupados de Campo Mourão (39%), soma somente na informalidade 7.383 indivíduos. Destacam-se, neste setor, as ocupações: “trabalhadores dos serviços domésticos em geral” (28%); bem como “trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento” (6%). Talvez este resultado indique que nos serviços domésticos, patrões e empregados ainda não se acostumaram com a idéia de que o registro em carteira de trabalho é uma segurança para ambas as partes. Também com relação a estes resultados, ressalta-se que as pessoas que trabalham com higiene e embelezamento, na prática são denominadas “cabeleireiras” ou “barbeiros” e costumam abrir espaços para atendimento ao público em salas anexas a sua própria residência. Sendo assim, trabalham por conta-própria e raramente preocupam-se com seus direitos trabalhistas.

O setor de atividade “outras atividades”, por sua vez, apresentou a ocupação de mais destaque, com 44% dos trabalhadores, os “condutores de veículos sobre rodas” (distribuidor de mercadorias). Neste setor é incluída ainda a ocupação de advogado, para a qual, no ano 2000, 1% dos advogados de Campo Mourão, um total de 13 pessoas, pertencia ao mercado informal da economia. Isto mostra que não são apenas aqueles trabalhadores com pouco estudo que formam o setor informal de trabalho, mas também alguns trabalhadores escolarizados com nível superior. Tal situação também revela que existem outros fatores,



além da escolaridade, que influenciam o modo de inserção no mercado de trabalho. Como exemplo pode-se citar a tributação trabalhista. Existem empresas que evitam empregar pessoas com carteira assinada porque não têm condições e/ou disposição para pagar as tributações em torno dos direitos trabalhistas, que são consideradas extremamente altas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi a de analisar o mercado de trabalho do município de Campo Mourão-PR, com foco nas principais ocupações exercidas pelos trabalhadores. Especificamente, pretendeu-se observar os setores de atividade nos quais estes trabalhadores estão inseridos. Além disso, buscou-se saber se existe uma distinção das ocupações desses trabalhadores, ou seja, se existem ocupações preenchidas somente pelos trabalhadores formais e aquelas preenchidas somente por trabalhadores informais.

Na análise dos dados, foi possível perceber que o município de Campo Mourão-PR é essencialmente urbano, uma vez que possui apenas 11% de suas atividades ligadas ao setor agrícola. Além disso, mais da metade da PO (53,03%) era composta por trabalhadores informais, o que pode não indicar uma característica positiva para o município, uma vez que os trabalhadores informais, geralmente, não possuem seguridade e previdência social, benefícios esses necessários para sua sobrevivência na fase pós-produtiva. Além do mais, o alto índice de informalidade é desfavorável ao Estado, o qual tem uma redução em sua arrecadação.

Com isso, pode-se concluir que o nível de informalidade observado pode estar ligado ao fato de o Estado cobrar altas taxas quando da contratação de um trabalhador formal pela empresa. Segundo especialistas, o Brasil possui uma alíquota quase duas vezes superior à alíquota média observada nos demais países da América Latina e Caribe. Com uma tributação elevada o empregador fica desmotivado em contratar mais um empregado e ter que cumprir com todas as obrigações trabalhistas vigentes. Muitas vezes chega a propor um acordo com o novo contratado para pagar apenas uma parte do que está previsto em lei, ou ainda opta pela contratação de um trabalhador informal. A idéia geral é que da forma como está desenhada a legislação trabalhista, tanto empregadores quanto trabalhadores têm fortes incentivos à informalidade. O FGTS, o desenho do programa de seguro-desemprego e o funcionamento da Justiça do Trabalho são citados como as principais fontes de distorção dos incentivos (JULYSSEA, 2006). Diante disto, acredita-se que uma solução para incentivar a formalidade de trabalhadores, seria o Estado repensar em suas políticas a cerca da carga de impostos cobrada das empresas quando da contratação de um trabalhador.



A distribuição dos setores de atividade foi semelhante nos mercados formal e informal de trabalho. Isto porque, um mesmo setor de atividade aparece com frequência nos dois mercados, havendo distinção somente com relação àquela atividade que aparece em primeiro ou segundo lugar. Assim, refuta-se a hipótese inicial de que havia distinção na forma de inserção dos trabalhadores formais e informais. Entretanto, com relação a ocupação exercida por estes trabalhadores, os resultados revelaram que a ocupação “gerentes de produção e operações” aparece com mais frequência no mercado de trabalho formal. Ademais, a ocupação “vendedor ambulante” tem maior percentual no mercado de trabalho informal.

Além do exposto, o setor de atividade que mais empregou a PO de Campo Mourão-PR, no ano 2000, foi o setor serviços com 39% dos trabalhadores. A maior parte dos trabalhadores formais encontrava-se ocupada na atividade comércio e os trabalhadores informais, em sua maioria, estavam ocupados em serviços domésticos.

Para finalizar, ressalta-se que se pretende, futuramente, realizar uma segunda pesquisa, na mesma linha de raciocínio aqui apresentada, utilizando os dados do próximo Censo Demográfico que está sendo realizado neste ano 2010, comparando-os para estudar as mudanças e evoluções do mercado de trabalho. Fica, também aqui, a sugestão de que se façam pesquisas científicas que discutam localmente o mercado de trabalho, para que os governantes munidos de informações atuais consigam aplicar melhor os recursos disponíveis para a realização de políticas públicas. Como exemplo, poderia ocorrer a promoção de atividades de capacitação mais direcionadas para as principais necessidades dos trabalhadores, o que poderia conduzi-los a serem mais criativos e empreendedores, visando uma melhoria no seu bem-estar, além do desenvolvimento do município.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. DE F. **O mercado de trabalho brasileiro pós-1990: mudanças estruturais e o desafio da inclusão social.** Seminário Internacional: *Empleo, desempleo y políticas de empleo en el Mercosur y en la Unión Europea.* Buenos Aires, 2004. 24p.

BENGOZI, S.; PONTILI, R. M. **Perfil sócio-econômico dos trabalhadores inseridos no setor informal do Paraná.** Toledo: IV ECOPAR, 2005. 13p.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade.** Economia e sociedade. (14): 153-174. Campinas, 2000, 22p.

CAMARGO, F.S.DE. **Análise estrutural do emprego formal e informal da economia brasileira.** 2006, 94p. Dissertação (Mestrado em economia aplicada) – Universidade de São Paulo, Escola Superior da Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Piracicaba.



COSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda.** Texto para discussão n. 1039. IPEA: Brasília, 2004. 35p.

FERREIRA, R. G. **Agricultura familiar e inovações tecnológicas: impactos sobre a ocupação e o êxodo rural nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG.** 2004, 153p. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) – Instituto de Economia, Uberlândia.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico. 2000:** microdados: Paraná. 1 CD-ROM.

_____. (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD: 1997-2006.** Microdados: Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.

INSTITUTO PARANANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico: Município de Campo Mourão.** Curitiba: 2009. 30p.

LUCHT, E.; SILVA, A. O. e; COSTA, A. J. D.; LEMOS, B. P. **Grupo pão-de-açúcar, sadia e votorantim inserção no mercado financeiro e bolsa de valores.** s/d, 21p.

SABADINI, M. DE S.; NAKATANI, P. **Desestruturação e informalidade no mercado de trabalho no Brasil.** Universidade Federal do Espírito Santo. Revista Venezuelana de Análises de Coyuntura, Vol. VIII. N. 2 (Jul-Dic), pp. 265-290. 2002.

SOUZA, P. R. **Emprego, salário e pobreza.** Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP. Hucetec: São Paulo, 1980. 193p.

TURNES, V. A. **Santa Catarina: um território em movimento, a variação populacional nas diversas regiões catarinenses.** Engenheiro Agrônomo e Doutor em Engenharia de Produção/UFSC. s/d. 66p.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Rev. Econ. Polit.**, vol.26, n.4, São Paulo, Oct./Dec. 2006.